



**GABINETE DO PREFEITO**

Ofício nº. 055/2025 – GAB

Jaguariaíva, 31 de janeiro de 2025.

Prezado Senhor Presidente:

Por meio do presente, encaminhamos a Vossa Senhoria, para apreciação e votação desta Casa de Leis, **em caráter de urgência**, o Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo Municipal, cuja súmula versa sobre: *“Institui a concessão de adiantamento para as despesas consideradas de pequeno vulto e pronto pagamento, com base nos artigos 65, 68 e 69 da Lei Federal nº. 4320 de 17 de março de 1964 e nos termos da autorização contida na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021.”*.

Sem mais, aproveitamos o momento para enviar-lhes nossos cordiais cumprimentos.

Atenciosamente,



**JOSÉ SLOBODA**  
Prefeito Municipal

Ao  
Exmo. Senhor  
**DIMAS ALBERTO FARIA CORREA**  
M.D. Presidente Câmara Municipal de Jaguariaíva  
Nesta



**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 05 /2025**

**SÚMULA:** Institui a concessão de adiantamento para as despesas consideradas de pequeno vulto e pronto pagamento, com base nos artigos 65, 68 e 69 da Lei Federal nº. 4320 de 17 de março de 1964 e nos termos da autorização contida na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021.

O Prefeito de Jaguariaíva, Estado do Paraná, José Sloboda, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002, submete à apreciação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

**LEI**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Fica instituído a concessão de adiantamento para as despesas consideradas de pequeno vulto e de pronto pagamento, com base nos artigos 65, 68 e 69 da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964 e nos termos da autorização contida na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021.

**Art. 2º** Fica a Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário responsável pelo processamento das requisições de adiantamentos e análise das prestações de contas dos adiantamentos.

**Art. 3º** Entende-se por adiantamento o numerário colocado à disposição de um servidor municipal ou agente político a fim de dar-lhe condições de realizar despesas, que por sua natureza, necessidade e valor, não possam se submeter ao procedimento normal de aquisições de materiais ou prestação de serviços.

**Art. 4º** Os pagamentos a serem efetuados por meio do regime de adiantamento ora estabelecido restringir-se-ão aos casos previstos nesta Lei, e sempre em caráter de exceção.

**Art. 5º** Poderão ser realizados sob o regime de adiantamento os pagamentos de despesas eventuais, de pequeno vulto, e em caráter de urgência observado o disposto no art. 1º desta Lei, decorrentes das seguintes espécies:

- I. despesas com material de consumo;
- II. despesas com serviços de terceiros;
- III. despesas com transporte em geral;





### **GABINETE DO PREFEITO**

**IV.** pagamento de despesas de viagem, diretamente relacionadas ao objeto do serviço, não vinculadas às diárias de alimentação e hospedagem.

**Parágrafo Único.** Consideram-se despesas de pequeno vulto e de pagamento imediato, para os efeitos desta Lei, as que se realizarem com:

- I.** Despesas postais;
- II.** Com transportes em geral;
- III.** Custas judiciais incluindo despesas com certidões, distribuições, honorários de perito, serventuário de Justiça, entre outros e despesas com Cartórios como: autenticações, reconhecimento de firma, registros, procurações, entre outras;
- IV.** Pagamento de licenciamentos, taxas e outras despesas, exigidas por Lei, em relação a Entidades Públicas da Administração Direta ou Indireta;
- V.** Aquisição de livros e periódicos de necessidade imediata; Inscrições de servidores em cursos de qualificação de curta duração; Atendimento de despesas decorrentes de ordem judicial; Outras despesas, de pequeno vulto e de necessidade imediata, desde que devidamente justificadas.

**Art. 6º.** O valor para cada adiantamento será o constante no §2º do Art. 95 da Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021.

**Art. 7º.** No caso de a Administração não verificar os pressupostos de excepcionalidade, urgência e necessidade da eventual solicitação, não será autorizado o processamento do adiantamento.

**Art. 8º.** Os valores de que tratam esta Lei serão atualizados anualmente, de acordo com o Decreto Federal que versar sobre o valor do §2º do Art. 95 da Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021.

## **CAPÍTULO II DAS REQUISIÇÕES DE ADIANTAMENTOS**

**Art. 9º.** Das solicitações de adiantamento constarão as seguintes informações:

- I.** dispositivo legal em que se baseia o pedido de adiantamento;
- II.** nome completo, cargo ou função do servidor responsável pelo adiantamento;
- III.** dotação orçamentária a ser onerada;
- IV.** nos casos do adiantamento para viagens a solicitação deverá ser clara e objetiva, descrevendo a atividade a ser desenvolvida fora da sede propiciando a autoridade competente conhecimento para julgar a conveniência da autorização, sendo que tal pedido não se confunde com os casos de diária;
- V.** importância solicitada em valor numérico e por extenso;
- VI.** finalidade a que se destina o adiantamento;
- VII.** prazo para aplicação dos recursos;
- VIII.** data e assinatura do requisitante;
- IX.** assinatura de autorização do secretário correspondente ao qual o



### **GABINETE DO PREFEITO**

servidor está lotado.

**Art. 10.** Não se fará adiantamento para fins de despesas de capital.

**Art. 11.** Não se fará novo adiantamento:

I a servidor declarado em alcance, assim entendido aquele que tenha cometido apropriação indevida, extravio, desvio ou falta verificada na prestação de contas, de dinheiro ou valores confiados à sua guarda;

II a quem tenha deixado de atender notificação para regularizar a prestação de contas;

III a quem seja responsável por 01 (um) adiantamento, sem a devida prestação de contas.

### **CAPÍTULO III TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE ADIANTAMENTOS**

**Art. 12.** O expediente que requisitar o adiantamento a servidor, devidamente autorizado pela Secretaria, será encaminhado à Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário para o processamento da demanda.

**Art. 13.** No caso de adiantamento para secretário municipal, o expediente que o requisitar será encaminhado ao Gabinete do Prefeito para a autorizar o processamento da demanda.

**Art. 14.** Os processos de adiantamentos terão sempre andamento preferencial e urgente.

**Art. 15.** Em caso de autorização, o adiantamento será empenhado em favor do servidor responsável indicado.

**Art. 16.** Cabe ao Departamento de Contabilidade e Tesouraria verificar, antes da emissão do empenho, se foram cumpridas as disposições desta Lei.

**Art. 17.** Caso seja constatado algum impedimento administrativo não se dará prosseguimento ao processo, devendo devolvê-lo para que sejam sanados os erros ou arquivado, caso os impedimentos sejam insanáveis.

**Art. 18.** Efetuado o pagamento, será registrado o nome do responsável em conta contábil específica pendente para posterior prestação de contas e baixa de responsabilidade.

### **CAPÍTULO IV NORMAS DE APLICAÇÃO DO ADIANTAMENTO**

**Art. 19.** O prazo para aplicação do valor recebido mediante adiantamento será de 180 (cento e oitenta) dias ou até o final do





### **GABINETE DO PREFEITO**

exercício financeiro, não podendo o responsável ausentar-se em licença sem ter prestado contas de adiantamento.

**Art. 20.** O adiantamento não poderá ser aplicado em despesa diferente daquela para o qual foi autorizado.

**Art. 21.** Para comprovação dos pagamentos o responsável pelo adiantamento exigirá o correspondente comprovante fiscal: nota fiscal, DANFE, cupom fiscal ou outros.

**Art. 22.** Os documentos fiscais serão sempre emitidos em nome da Prefeitura Municipal, devendo constar o seu CNPJ.

**Art. 23.** Os documentos fiscais não poderão conter rasuras, emendas, borrões ou informações ilegíveis que comprometam a fidedignidade documental.

**Art. 24.** Cada pagamento será convenientemente justificado, esclarecendo-se a razão da despesa, o destino da mercadoria ou do serviço, e outras informações que possam melhor justificar a necessidade da realização da despesa.

**Art. 25.** Para efeitos de prestação de contas, a cada documento fiscal apresentado será considerado como recebido o material ou prestado o serviço.

### **CAPÍTULO V RECOLHIMENTO DO SALDO NÃO UTILIZADO**

**Art. 26.** O saldo não utilizado será depositado na conta corrente origem do saque para o adiantamento mediante comprovante de depósito, depósito identificado, transferência bancária ou outro meio onde seja possível identificar o responsável.

**Art. 27.** O Departamento de Contabilidade e Tesouraria classificará o valor recebido em conta contábil adequada.

**Art. 28.** O Departamento de Contabilidade e Tesouraria registrará todos os documentos classificando-os conforme as normas técnicas apropriadas.

**Art. 29.** Para fins de encerramento do exercício financeiro, os saldos de adiantamentos deverão ser recolhidos ao tesouro municipal até o dia 15 de dezembro, mesmo que o período de aplicação não tenha expirado.

**Art. 30.** Fica vedado o recolhimento de saldo remanescente de adiantamento em exercício financeiro posterior à concessão.



## **GABINETE DO PREFEITO**

### **CAPÍTULO VI PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**Art. 31.** O prazo para prestação de contas do numerário recebido mediante adiantamento será de até 05 (cinco) dias úteis após o prazo máximo de aplicação.

**Art. 32.** Para cada adiantamento será produzida uma prestação de contas.

**Art. 33.** A Prestação de contas será processada mediante a entrada na Secretaria de Finanças e Planejamento Orçamentário da seguinte documentação:

- I. expediente formal encaminhando a documentação da prestação de contas;
- II. relação de todos os documentos fiscais constando a razão social, número e data do documento, espécie de documento e valor unitário e total da despesa realizada;
- III. cópia do comprovante de depósito do saldo não utilizado; e
- IV. documentos digitalizados das despesas realizadas.

**Art. 34.** Não serão aceitos documentos rasurados, borrados, ilegíveis ou que se refiram a despesa não classificável na espécie de adiantamento concedido.

**Art. 35.** Quando qualquer documento que compor a prestação de contas for rejeitado ou, ainda, não se confirmar a efetividade da despesa em favor da municipalidade, a referida despesa será glosada.

**Parágrafo Único.** Em caso de despesa glosada, a regularização se dará com a restituição do valor da referida despesa, sendo o adiantamento considerado regular a partir de então.

### **CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 36.** Recebida a prestação de contas, a Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário verificará se as disposições da presente Lei foram inteiramente cumpridas, podendo fazer as exigências necessárias para o saneamento, fixando o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de documentos ou de justificativas.

**Art. 37.** Ao término do prazo para a prestação de contas de adiantamento, a Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário certificará o fato, com as seguintes providências:

- I No caso de as contas terem sido aprovadas;
  - a) baixar a responsabilidade inscrita na conta responsável por adiantamento;
  - b) informar o responsável da aprovação das contas do





### GABINETE DO PREFEITO

adiantamento concedido;

c) arquivar o processo de prestação de contas apenso ao processo que autorizou o adiantamento.

II Na hipótese da aprovação das contas condicionadas a determinadas exigências:

a) solicitar o cumprimento das exigências determinadas no prazo de que trata o *caput* do art. 36.

III Em caso de desaprovação das contas:

a) O Pedido de restituição dos valores para ressarcimento ao erário.

b) E ainda, se houver fraude, dolo ou não ressarcimento espontâneo, encaminhar à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos solicitação de abertura de processo administrativo disciplinar para que seja promovido o ressarcimento ao erário público.

**Art. 38.** A Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário controlará os prazos em que deverão ser prestadas as contas de adiantamentos concedidos.

**Art. 39.** No dia útil imediato ao vencimento do prazo para prestação de contas, sem que o responsável a tenha apresentado, a Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário oficiará diretamente o responsável com cópia à Secretaria correspondente, concedendo-lhe o prazo final e improrrogável de 03 (três) dias para fazê-lo.

**Art. 40.** Após o vencimento do prazo final estabelecido no artigo anterior e não sendo cumprida a obrigação da prestação de contas, a Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário remeterá expediente à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos para a abertura de processo administrativo disciplinar visando o ressarcimento ao erário público.

**Art. 41.** O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei por Decreto Municipal, para o fiel cumprimento desta Lei.

**Art. 42.** Os casos omissos serão decididos pela Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário e Controle Interno.

**Art. 43.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº. 2146/2010.

Paço Municipal, 31 de janeiro de 2025.

  
**JOSÉ SLOBODA**  
Prefeito

**Praça Isabel Branco, 142 • Cidade Alta**  
Jaguariáva - PR, CEP: 84200-000  
(43) 3535 9400



**GABINETE DO PREFEITO**

**JUSTIFICATIVA**

Senhores Vereadores:

Tenho a honra de encaminhar a alta apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei que *"Institui a concessão de adiantamento para as despesas consideradas de pequeno vulto e pronto pagamento, com base nos artigos 65, 68 e 69 da Lei Federal nº. 4320 de 17 de março de 1964 e nos termos da autorização contida na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021."*

O regime de adiantamento, também denominado suprimimento de fundos, está previsto na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, arts. 65, 68 e 69:

*"Art. 65. O pagamento da despesa será efetuado por tesouraria ou pagadoria regularmente instituídas, por estabelecimentos bancários credenciados e em casos excepcionais, por meio de adiantamento. Grifo Nosso.*

*[...]*

*Art. 68. O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação." Grifo Nosso.*

*Artigo 69. Não se fará adiantamento a servidor em alcance nem a responsável por dois adiantamentos.*

Segundo o TCU - Tribunal de Contas da União, existem alguns motivos que fazem com que as despesas listadas no art. 5º deste Projeto de Lei, não estejam aptas ao enquadramento dentro do processo normal de aplicação, desde que atendam os requisitos de eventualidade e pequeno vulto.

O primeiro deles é que em razão da eventualidade e natureza esporádica, não é possível exigir que determinadas etapas do processo normal de aplicação sejam executadas antes de se efetivar o dispêndio. Um exemplo seria uma despesa com borracharia de veículo oficial em viagem. Em tal condição não é possível enquadrar a despesa em planejamento, e ainda exige da Administração pronto pagamento para continuidade da viagem.





### GABINETE DO PREFEITO

O segundo é que não faz sentido exigir que despesas até determinado montante sejam realizadas apenas após percorrido processo cujo custo de realização tende a ser superior a eventuais prejuízos advindos da não inserção de referida despesa no processo normal. Ou seja, para a administração pública, os custos advindos da não inclusão das despesas de pequeno vulto no processo normal de aplicação são, regra geral, menores do que os custos que seriam incorridos caso fosse necessário percorrer todas as etapas desse processo (TCU, Plenário, Acórdão n.º 1.276/2008, Rel. Min. Valmir Campelo, DOU, de 08/7/08).

Ademais, o presente Projeto de Lei tem como objetivo promover uma atualização nas previsões legais constantes da Lei Municipal n.º 216450/2010, seja pelo valor estático previsto na norma a ser revogada adotando a atualização anual dedicada à autorização contida na Lei Federal n.º 14.133 de 01 de abril de 2021, ou ainda pela nova sistemática de prestação de contas que agora é totalmente on-line e mais moderna.

Como a legislação em vigor tem 15 (quinze) anos é normal que a defasagem ocorra nos processos, e cabe a Administração propor melhorias para readequar os processos proporcionando melhorias na eficiência e eficácia nos atos de gestão.

Tal condição necessita de atualização para que o processo de prestação de contas dos adiantamentos seja compatível com a nova realidade atual.

Dessa forma, no que diz respeito ao limite de valor para o regime de adiantamento, o §2º do art. 95 da Nova Lei de Licitações (14.133/21) é referência para delimitar o valor passível de utilização neste regime:

Ainda conforme proposta, o valor do adiantamento poderia chegar, **mediante justificativa robusta devidamente aceita pela Administração**, a até 100% do teto para situações que demandem uma resposta imediata do Poder Público, e que não possam ser submetidas ao processo normal da despesa pública, por conta da excepcionalidade ou da imprevisibilidade da demanda.

Enfatizamos que de forma alguma isto denota uma tentativa de fugir dos processos licitatórios. Trata-se apenas de readequar as despesas de pequeno vulto e excepcionais ao previsto nos termos do Acórdão n.º 1.276/2008 - Plenário TCU, **recompondo o valor que foi deteriorado pela inflação ao longo dos últimos dezenove anos.**

Em tempo, cumpre esclarecer que a principal característica do regime de adiantamento **é o caráter de excepcionalidade das compras a serem realizadas.**

Desta forma, é imperioso reafirmar que as despesas rotineiras e previsíveis não deverão ser processadas sob esse regime.



**GABINETE DO PREFEITO**

Destaca-se que a utilização do regime de adiantamento está em consonância com as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR).

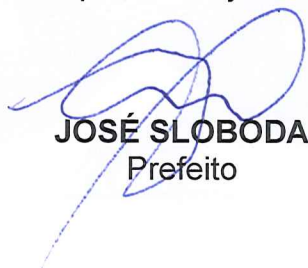
Por fim, salienta-se que a revogação da Lei Municipal n.º 2164/2010 e a aprovação deste Projeto de Lei irá proporcionar mais eficiência às iniciativas e serviços públicos, tendo em vista a atualização do teto de gasto e, principalmente da atualização das regras para prestação de contas dos adiantamentos.

Esta é a justificativa que ora se apresenta.

Certos de que podemos contar com V. Exas. para aprovação deste importante projeto, agradecemos antecipadamente.

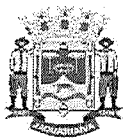
Atenciosamente,

Paço Municipal, 31 de janeiro de 2025.



**JOSÉ SLOBODA**  
Prefeito





ESTADO DO PARANÁ  
CAMARA MUNICIPAL DE JAGUARIAIVA

Comprovante de abertura

Página: 1 / 1

Data: 04/02/2025

Parâmetros: Numero\_processo: 000000089/2025

---

**Número do processo:** 000000089/2025

**Assunto:** PROJETO DE LEI

**Requerente:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAIVA

**CPF/CNPJ do requerente:** 76910900000138

**Local de protocolização:** 001000000 - PROTOCOLO CENTRAL

**Data de protocolização:** 04/02/2025

**Observação:** PROJETO DE LEI 05/2025